
EDITORIAL (*)

*Senhor Presidente da República,
Excelência:*

1. *Dignou-se Vossa Excelência, mais uma vez, aceitar o convite que superiormente lhe foi dirigido para presidir a esta sessão solene de abertura de um novo ano académico. A presença de Vossa Excelência constitui uma excepcional honra para esta casa, traduz certamente alto apreço pela acção que nela é desenvolvida, torna-se num forte estímulo para todos os que nela servem e confere a esta cerimónia um especial brilho de solenidade. Aceite, pois, Vossa Excelência a mais respeitosa homenagem de todos os elementos do Instituto da Defesa Nacional e o meu profundo reconhecimento por o distinguir com a sua presença.*

Mas, a par de uma distinção, julgamos dever interpretar tal presença como evidência da especial atenção que a Vossa Excelência merece a problemática da Defesa Nacional, particularmente num momento como o actual, em que a sucessão vertiginosa de acontecimentos do maior relevo na cena internacional, com o encadeamento de fenómenos aparentemente contraditórios propiciadores ora de visões optimistas, ora de perspectivas pessimistas quanto à ordem internacional, tende a conduzir à perplexidade e à desorientação dos espíritos e a dificultar a determinação dos rumos mais adequados a imprimir à acção. Neste quadro, assumirão

(*) Discurso do General Abel Cabral Couto, Director do IDN, na Cerimónia Solene de Abertura das Actividades do Instituto da Defesa Nacional em 1991.

certamente especial significado as palavras que Vossa Excelência se digna proferir nesta cerimónia e que virão a constituir, pelas altas responsabilidades de Vossa Excelência no campo da Defesa Nacional, elemento fundamental de referência para trabalhos a desenvolver neste Instituto.

*Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhor Presidente em exercício do Supremo Tribunal de
Justiça,
Excelências:*

Presidem Vossas Excelências aos órgãos responsáveis, no essencial, pelo ordenamento jurídico nacional e que, naturalmente, abrange as estruturas e as actividades da Defesa. Aceitem pois as homenagens devidas aos Órgãos que representam e à posição que ocupam na hierarquia do Estado, bem como o nosso reconhecimento pela honra e estímulo da vossa presença.

*Senhor Ministro da Defesa Nacional em representação do
Senhor Primeiro-Ministro:*

Peço a V.ª Ex.ª se digne apresentar ao Senhor Primeiro-Ministro o agradecimento do Instituto por se ter feito representar nesta cerimónia, na impossibilidade de estar presente.

Vem V.ª Ex.ª manifestando um particular desvelo pelo Instituto estabelecendo as principais linhas de orientação, sem prejuízo da autonomia e da capacidade de iniciativa do IDN, acompanhando e estimulando as actividades mais relevantes e participando directamente nos momentos mais significativos. Decidiu V.ª Ex.ª lançar um grande debate público sobre a Defesa Nacional, confiando ao Instituto um papel de particular relevo e responsabilidade em tal tarefa. Como director, é-me grato dar a V.ª Ex.ª público testemunho de reconhecimento pelo apoio e compreensão que, até ao momento, recebi de V.ª Ex.ª e dizer-lhe quanto o Instituto confia no dinamismo e vontade de que V.ª Ex.ª tem dado provas para a resolução dos seus prolemas mais instantes.

*Senhor Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores,
Senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas:*

Tem o Instituto o privilégio de contar com a presença regular de Vossas Excelências, no decurso de actividades que ao longo do ano aqui vão sendo desenvolvidas, privilégio esse que se tem alargado a uma participação activa em cursos e seminários levados a efeito no Instituto, com especial realce para o Curso de Defesa Nacional. A presença de Vossas Excelências, além de honrosa e gratificante, constitui oportunidade para reiterar o reconhecimento pelos apoios recebidos de Vossas Excelências.

*Senhores Embaixadores,
Senhores Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Armada,
Senhor Vigário-Geral Castrense e Excelência Reverendíssima,
Senhores Oficiais Gerais,
Senhores Colaboradores nas actividades do IDN,
Senhores Presidentes da Assembleia Geral e da Direcção da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional,
Demais convidados:*

Queiram VV. Ex.^{as}, ilustres convidados, aceitar os nossos agradecimentos por nos honrarem com a vossa comparência nesta cerimónia. Entendêmo-la como expressão de apreço por este Instituto, de confiança no nosso trabalho e de apoio e incentivo ao esforço desenvolvido para o cumprimento da missão.

*Senhores Auditores dos Cursos de Defesa Nacional de 1990 e de 1991,
Minhas Senhoras e Meus Senhores:*

2. É da tradição que na sessão de abertura de um novo ano lectivo se dê conta pública dos aspectos mais relevantes do ano transacto, se apresentem perspectivas de futuro e se dê início formal ao novo ano lectivo, através duma conferência inaugural por

um colaborador do Instituto. Assim se fará. Mas esta sessão será ainda sobremaneira enriquecida com a palavra autorizada de Sua Excelência o Presidente da República, distinção que muito honra esta casa e que constituirá certamente uma referência para todos nós e, em especial, para os principais destinatários desta cerimónia, isto é, Senhores Auditores que concluíram o Curso de Defesa Nacional de 1989/90 e os que iniciam o novo curso. E nela se procederá à distribuição de diplomas aos Senhores Auditores que concluíram o Curso de Defesa Nacional de 1990.

No passado ano lectivo realizaram-se, como actividades nucleares do Instituto:

- O Curso de Defesa Nacional, com a duração de 8 meses, que foi concluído por 27 auditores, em Lisboa, e 21 auditores na Delegação do Porto, dos quais 39 civis e 9 pertencentes às Forças Armadas e às Forças de Segurança;*
- O Estágio Interforças, com a duração de quatro semanas, e que foi frequentado por 33 coronéis e capitães-de-mar-e-guerra e que, nos Institutos de Altos Estudos dos respectivos ramos, haviam concluído o curso de habilitação ao generalato;*
- O Estágio de Estados-Maiores Conjuntos, com a duração de 4 semanas, e que foi frequentado por 18 oficiais superiores dos 3 ramos das Forças Armadas.*

No quadro da missão do Instituto, realizaram-se nas suas instalações:

- Um seminário, subordinado ao tema «A Evolução na Europa e a Defesa Nacional», e que contou com a participação de conferencistas estrangeiros e de um largo leque de personalidades nacionais;*
- Um seminário, subordinado ao tema «A Comunicação Social e as Forças Armadas», em colaboração com a Universidade Nova de Lisboa;*
- 8 conferências sobre relevantes problemas internacionais, abertas ao público, e realizadas por conferencistas ou per-*

sonalidades estrangeiras de renome, e que, de um modo geral, contaram com uma assistência apreciável, qualificada e interessada.

No conjunto das actividades promovidas pelo IDN verificaram-se intervenções de 9 membros do Governo, entre os quais o Senhor Primeiro-Ministro.

No âmbito externo, o Instituto promoveu a realização de:

- 16 conferências sobre temas de interesse para a Defesa Nacional em colaboração com várias Universidades, com Institutos Militares e com organizações de utilidade pública, em diversos locais do País;*
- 2 seminários, em colaboração com a Universidade Nova de Lisboa.*

Continuou-se a publicação, com regularidade, da revista «Nação e Defesa», e, no âmbito da campanha «A Defesa para os Anos 90», em boa hora lançada pelo Ministro da Defesa Nacional, foram já publicados 4 volumes que contêm todas as intervenções e as conclusões dos debates das actividades até ao momento realizadas com a intervenção do IDN.

O IDN levou a efeito, como vem sendo hábito nos últimos anos, duas Jornadas sobre assuntos de Defesa, com o Centro Superior de Estudos de Defesa Nacional de Espanha, visitou as instituições congêneres da Tailândia e da Coreia do Sul e recebeu as visitas de 2 Cursos do Colégio de Defesa da NATO e de delegações dos Cursos de Defesa dos Estados Unidos, da Tailândia e da Coreia do Sul e, em colaboração com a Comissão Portuguesa do Atlântico, de um conjunto de professores alemães do ensino secundário. Em todos estes contactos de natureza internacional foram feitas exposições sobre aspectos relevantes da política nacional, com o apoio dos Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

O IDN apoiou ainda a realização, nas suas instalações:

- De quatro seminários promovidos e organizados pela Alta Autoridade Contra a Corrupção, pela Comissão da Con-*

- dição Feminina, pelos Serviços de Saúde do Exército e da Força Aérea e pelo Ministro das Finanças;
- De dois seminários e estágios, promovidos e organizados pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, no quadro das relações com a NATO;
- De vários encontros ou reuniões de trabalho de grupos dependentes de organismos oficiais.

Finalmente foram estabelecidos protocolos com a Universidade Lusíada e com a Universidade Portucalense, tendo em vista a realização, em conjugação de esforços, de actividades pontuais de interesse comum e a colaboração no domínio da utilização de recursos humanos e de instalações.

Creio caber aqui uma palavra de público apreço da Direcção do Instituto ao devotado esforço desenvolvido, para o planeamento e execução de toda esta actividade, pelo reduzido núcleo de pessoal militar e civil dos quadros do IDN. Mas especial preito de reconhecimento é, sobretudo, devido ao excepcional conjunto de personalidades, do mais elevado gabarito intelectual, que, especialmente como conferencistas, colaboraram nos trabalhos do IDN e, em particular, com o Curso de Defesa Nacional, com grande generosidade e mesmo superior dedicação, se se tiver em atenção que tal colaboração envolveu deslocamentos extensos, entre Lisboa, o Porto e outros locais distantes e que são desgastantes e consumidores de um tempo sempre precioso. Nas pessoas de algumas dessas altas personalidades que, nesta oportunidade, aqui puderam estar presentes, presto a minha melhor homenagem a todo o conjunto de conferencistas do IDN, incluindo o seu corpo de assessores, pelos altos serviços e prestígio concedidos ao Instituto.

3. Tem sido generalizadamente reconhecido como notável o trabalho que, ao longo dos seus relativamente curtos anos de vida, se foi desenvolvendo no Instituto.

Pode dizer-se que, num período particularmente difícil da vida nacional, de apreciável instabilidade, com projectos políticos extremados, em que se perfilavam muitas dúvidas e incertezas e favorável ao pessimismo, o IDN soube constituir-se em espaço

liberdade, de reflexão e de debate responsável, aberto às mais diversificadas colaborações e opiniões e atento à discussão desapaixonada dos mais importantes problemas nacionais. Não será exagerado dizer-se que o IDN, fiel ao seu lema, contribuiu de forma apreciável para que mais rapidamente pudessem ser encontrados «Os Caminhos da Nação». Mas, por interessante que seja a obra, é de admitir que na sua actual configuração, física e humana, o IDN atingiu o limite das suas possibilidades. Daqui em diante, a actividade tenderá a degradar-se ou, na melhor hipótese, a cair numa rotina. Ora IDN tem sido, sobretudo, um «agitador» de ideias. Crê-se que se torna necessário, numa perspectiva de futuro, dar um salto qualitativo, passando a privilegiar o «aprofundamento» de ideias através de esforços, selectivos mas mais intensos e sistematizados, no domínio da investigação. Os resultados desse esforço seriam também, certamente, um instrumento importante de afirmação externa do IDN, inclusive a nível internacional. Tal passa por uma pequena ampliação das actuais instalações do Instituto, pela melhoria do seu equipamento de informatização e de tratamento de dados e, sobretudo, por uma revisão da estrutura orgânica do Instituto. Esta deve contemplar um significativo aumento dos assessores civis do IDN, a tempo inteiro, e recrutados em função de domínios de investigação bem definidos, tais como, por exemplo, os das Relações Internacionais, da Sociologia, da História, etc. Espera-se que poderá ser aprovado, em prazo relativamente breve, um novo estatuto e uma nova estrutura orgânica do Instituto. Há também planos no que se refere à ampliação das instalações, mas que algumas hesitações, bem como forças e interesses variados, não têm permitido concretizar. Oxalá o Ministério da Defesa Nacional possa superar rapidamente as dificuldades surgidas.

Apesar da melhoria de possibilidades de acção conferida pela criação duma Delegação no Porto, a acção do IDN não se estende ainda, da forma mais desejável, a todo o País. No quadro da missão, há que sensibilizar e consciencializar para a problemática da Defesa Nacional a maior parte das chamadas «Forças Vivas» nacionais, por forma que estas possam, por seu turno, ser fermento multiplicador e prolongar essa acção a todo o corpo nacional.

Não é, evidentemente, possível criar, no País, várias delegações do IDN. Assim julga-se que uma via possível e desejável para a extensão da acção do IDN será a do desenvolvimento de uma mais estreita ligação com a rede existente de Instituições Universitárias, que hoje já cobrem razoavelmente todo o território nacional. Em vários países europeus o estudo de aspectos variados da problemática de Defesa faz já parte do ensino e da investigação universitários. Salvo raras excepções, tal ainda se não verifica em Portugal. Julga-se que, de forma económica, se poderá dar um passo significativo no domínio da sensibilização se for possível promover, na maior parte das Instituições Universitárias, em especial nas situadas fora de Lisboa e do Porto, a realização de «Semanas de Defesa», com a colaboração do IDN. Algumas tentativas têm sido feitas, mas haverá que as consolidar e alargar e dar-lhes um carácter de regularidade, mediante o estabelecimento de protocolos adequados entre o IDN e essas Instituições.

Finalmente, face à evolução da situação na África Austral, crê-se que a mesma permite antever possibilidades para Portugal que podem ter reflexos no campo de actividades do IDN, em especial no domínio do aperfeiçoamento de quadros. Se tal vier a ser superiormente reconhecido como possível e conveniente, o Instituto deve estar preparado para fazer face a tal eventualidade.

4. Senhores Auditores, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

São de mudança os tempos em que nos encontramos, com acelerações por vezes vertiginosas e, com frequência, aparentemente erráticas, em vários domínios, desde o da cena internacional ao tecnológico e ao social. Não cabe aqui, neste momento, uma análise da natureza, do eventual sentido e das potenciais consequências dessas mudanças, numa perspectiva de Defesa Nacional. Tal será, em grande parte, tentado ao longo do Curso de Defesa Nacional, que ora solenemente se inicia, e de outras actividades em curso ou a realizar, no âmbito da missão do Instituto. Limitar-me-ei, assim, a salientar que é em momentos como o presente que mais importante se revela o conhecimento, o mais sólido e

ponderado possível, das raízes profundas dos fenómenos em apreço que permita distinguir, no dédalo dos acontecimentos, o acessório do fundamental, o conjuntural do estruturante, o aparente do real, o temporário do duradouro, a onda de suporte da onda moduladora. Tal é particularmente importante no campo da Defesa Nacional, dado que esta se relaciona com a sobrevivência e com o cerne da Nação. Os acontecimentos ocorridos na cena internacional nos últimos meses, com especial relevo para os verificados na antiga Europa de Leste e na Europa Central, foram exaustivamente analisados e comentados. Mas, a nível nacional, tais acontecimentos deram azo, com frequência, a comentários caracterizados por grande ingenuidade e, mesmo, falta de pudor, alguns produzidos por personalidades tidas como vozes autorizadas noutros domínios. Mais uma vez, não faltou quem apregoasse o fim dos conflitos e a inutilidade da defesa e das Forças Armadas. A crise do Golfo rapidamente veio pôr a nu a vacuidade de tais concepções, denunciadoras de um conhecimento precário sobre as sociedades humanas, sobre as forças que as estruturam, moldam e nelas operam e sobre a conflitualidade que se gera no seio dessas sociedades.

Muito há, assim, ainda a fazer para uma adequada atenuação daquelas insuficiências e daí a importância que atribuímos à busca de vias que permitam uma extensão da acção do Instituto.

Em obra recentemente publicada, Alvin Tofler chama a atenção de que, mais do que nunca na História, o poder depende, essencialmente, da informação e do conhecimento, que subordinam os próprios poderes militar e económico. Nesta óptica, terão de ser revistos os padrões tradicionais de avaliação da hierarquia das potências e a sobrevivência dos Estados e a prossecução dos seus fins, mais do que de recursos naturais ou materiais, dependerão, sobretudo, do valor dos seus recursos humanos.

Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional de 1990:

Os diplomas que VV. Ex.^{as} vão receber constituem um público testemunho do interesse e dedicação com que, durante oito meses, frequentaram o Curso de Defesa Nacional, de um modo geral

em acumulação com o desempenho das funções na vossa vida profissional. Estou certo de que os Senhores Auditores terão considerado a experiência como altamente enriquecedora nos planos cultural, humano e cívico, pelo que valeu a pena o nosso e o vosso esforço.

O Instituto revê-se no vosso sucesso e formula o voto de que, quer através da vossa acção isolada quer canalizando-a através da Associação dos Auditores, saibais potenciar a mensagem aqui recebida, levando-a até onde puderdes, nos vossos locais de trabalho ou rodas de influência.

Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional de 1991:

São para vós as minhas últimas palavras. São VV. Ex.^{as} personalidades qualificadas e com provas prestadas na vossa carreira profissional e domínio de actividade. Estou, assim, seguro de que não só dedicareis ao Curso o melhor do vosso interesse e capacidade como será coroado do maior sucesso o esforço que vos propondes despende.

O Curso que ides frequentar assenta em duas ou três ideias muito simples:

Como não há defesa sem espírito de defesa e como só se defende aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece, o conhecimento, o melhor possível, da realidade nacional, nas suas múltiplas dimensões, será preocupação cimeira, no Curso. E como a necessidade de Defesa resulta da interacção de forças que se apresentam como antagónicas, o conhecimento, também o melhor possível, da estrutura internacional, em especial na parte que se reveste de maior interesse para o nosso País, constituirá outro elemento nuclear do Curso. Dadas as limitações de tempo e a filosofia da acção pedagógica não se pretende fazer de vós especialistas de Defesa. Trata-se, ao fim e ao cabo, de através de um melhor conhecimento da realidade internacional e da realidade nacional, procurar que, cada um de vós, se situe melhor «Nos Caminhos Da Nação», por forma a melhor saber e poder servir e contribuir para continuar Portugal.